

OCUPAÇÃO DA REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA REGIONAL

OCCUPATION OF THE NORTHERN REGION OF RIO GRANDE DO SUL FROM THE PERSPECTIVE OF REGIONAL HISTORY

OCUPACIÓN DE LA REGIÓN NORTE DE RIO GRANDE DO SUL DESDE LA PERSPECTIVA DE LA HISTORIA REGIONAL

Helio José Mossiⁱ  

Resumo: O presente texto tem por objetivo trazer elementos sobre aspectos da formação territorial e econômica do Rio Grande do Sul e de que forma estes contribuíram para a ocupação norte que foi a última região a ser ocupada por não nativos no Estado. Através de uma análise será possível perceber como a ação do tropeirismo, a abertura de novos caminhos da região das Missões para Sorocaba influenciaram na apropriação e expropriação de terras da região. Indígenas Kaingang vão sendo aldeados, povoados começam a surgir e desta forma vai ocorrendo a ocupação territorial do extremo norte do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Formação territorial; norte do Rio Grande do Sul; Nonoai.

Abstract "This text aims to provide insights into aspects of the territorial and economic formation of Rio Grande do Sul and how they contributed to the occupation of the north region, which was the last to be settled by non-natives in the state. Through an analysis, it will be possible to see how the actions of the cattle-driving, the opening of new routes from the Missões region to Sorocaba influenced the appropriation and expropriation of land in the region.

ⁱPossui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (1990). Atualmente é vice diretor da Escola Estadual Ensino Médio Maria Dulcina, sendo efetivo da rede estadual desde 1994. Tem experiência em Gestão Escolar, em que atuou como diretor e vice diretor da Escola Estadual Ensino Médio Maria Dulcina e Escola Indígena Pero-Gá. Ademais, tem experiência como orientador escolar e nas áreas de História, Geografia e Sociologia. Especialista em História e Orientação Escolar e cursando especialização em Gestão Escolar - SEDUC - RS.

Kaingang indigenous are gradually settled, villages begin to emerge, and in this way, the territorial occupation of the far north of Rio Grande do Sul takes place."

Key words: territorial formation; North of Rio Grande do Sul; Nonoai

Resumen: El presente texto tiene como objetivo ofrecer elementos sobre aspectos de la formación territorial y económica de Rio Grande do Sul y cómo estos contribuyeron a la ocupación del norte, que fue la última región en ser ocupada por no nativos en el estado. A través de un análisis, será posible percibir cómo la acción del tropelismo, la apertura de nuevas rutas desde la región de las Misiones hasta Sorocaba, influyeron en la apropiación y expropiación de tierras en la región. Los indígenas Kaingang fueron aldeados, los poblados comenzaron a surgir y de esta manera se fue produciendo la ocupación territorial del extremo norte de Rio Grande do Sul.

Palabras clave: Formación territorial; norte de Rio Grande do Sul; Nonoai.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata sobre a ocupação territorial do Rio Grande do Sul, com a formação de fronteiras, considerando os diversos acordos e negociações entre Portugal e Espanha até chegar na organização atual e como estas questões influenciaram na ocupação do espaço territorial do Estado, dando ênfase para a região norte que foi o último local a ser intensamente dividido e habitado por populações não nativas. É importante destacar também que será feita uma análise de como aconteceu a relação entre nativos e novos ocupantes desta região.

Para entendermos a história de uma determinada região, é necessário buscar fontes e acontecimentos que permitam ser o mais fiel possível. O objetivo é analisar a formação territorial do Rio Grande do Sul, com ênfase para a Região Norte do Estado, onde está localizado o município de Nonoai, tendo como marco temporal especialmente entre os século XVII e início do século XX, que foi o momento em que houveram disputas territoriais e grandes movimentos populacionais pelo território.

Podemos dizer que a região norte do Rio Grande do Sul está entre as últimas do estado a ser definitivamente partilhada, seja entre estancieiros, imigrantes ou filhos de imigrantes que já viviam na região da Serra e que buscavam neste local um novo espaço para ocupar e se desenvolver. Por outro lado, será importante destacar que os povos indígenas, caboclos, peões que na região se localizavam viram seus espaços sendo ocupados e não

possuíam forças para reagir diante do poder político, econômico e militar dos novos ocupantes da região do Planalto.

O município de Nonoai, situado ao norte do Rio Grande do Sul, representa um lugar onde é possível perceber estas transformações que os habitantes locais sofreram e as consequências das políticas de ocupação territorial, seja: através da construção de estradas com o objetivo de encontrar um caminho mais curto para o transporte de muare; pelo aldeamento indígena; para o uso de terras para novas colônias, ou para exploração da floresta através da extração da erva mate, madeira ou aproveitamento das terras para o cultivo de produtos que poderiam ser revendidos em outros locais. Estes questionamentos tem por finalidade provocar novos estudos e interpretações que contribuam para a formação da identidade regional, que ainda nos dias de hoje é muito conflituosa, especialmente quando o tema se refere a ocupação de terras

Para chegar na história local é necessário trazer elementos da historiografia e formação territorial do Rio Grande do Sul e do Brasil e como isto influenciou nesta região denominada Alto Uruguai. É importante também destacar a importância dos rios nesta análise. Assim como os rios sempre fizeram parte da história da humanidade, nesta região e especialmente em Nonoai eles tiveram muitas influências, principalmente o rio Uruguai, o rio Passo Fundo e o rio Tigre no qual o município teve em suas margens o seu desenvolvimento.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Nas regiões nordeste, sudeste, norte e centro-oeste do Brasil a ocupação territorial aconteceu de forma intensa e com pouca resistência, pois os indígenas diante do poder econômico e das armas que os europeus possuíam preferiam recuar e se deslocar para outras regiões. No Brasil Meridional, porém houve mais confrontos entre espanhóis, portugueses e indígenas. Neste sentido Maestri escreve:

Em 10 de fevereiro de 1757, nos campos de Caaibaté, 1.800 missionários, armados de lanças, arcos e flechas e algumas peças de artilharia “feitas de madeira e forradas de couro”, tentaram abrir negociações e impedir o avanço das tropas ibéricas, que contavam com mais de 3.700 combatentes e dezenove canhões. De forma ordenada, as artilharias portuguesa e espanhola abriram fogo, desorganizando os missionários.¹

Devemos considerar que parte do Paraná, de Santa Catarina e todo o Rio Grande do Sul estavam à oeste do Tratado de Tordesilhas pertencendo assim à Espanha. Somente pelo

Tratado de Madri de 1750, Santo Ildefonso em 1777 e Badajoz em 1801, assinados entre Portugal e Espanha, foi possível resolver as questões territoriais entre os dois países e a partir daí é que se chega a um acordo definitivo sobre a delimitação de fronteiras neste espaço territorial, com ênfase especialmente para o Rio Grande do Sul. Durante este processo vai acontecendo a ocupação territorial de todas as regiões do Rio Grande do Sul, entre elas a região norte do Estado que foi a última área a ser ocupada e na qual se encontram municípios pequenos, cuja base econômica está na agricultura. Esse é o caso de Nonoai, que se situa na região do Alto Uruguai. Para entender a história local faz-se necessário situá-la nos contextos mais amplos nos quais está inserida. José D'Assunção Barros diz que:

É inquestionável que muitas das motivações para se escrever história local decorrem da necessidade de preencher lacunas historiográfica ou de atender as demandas internas... Estuda-se região ou a localidade, em muitos casos, porque ela ainda não foi estudada, ou porque foi pouco estudada, ou ainda porque - embora já muito estudada - não foi examinada no que concerne a algum aspecto especial. As investigações de história local, enfim, também podem visar o preenchimento de lacunas.²

Desta forma, em que pese a região norte ser habitada a milhares de anos, percebe-se que especialmente a história local apresenta lacunas que precisam ser estudadas e examinadas, como diz Barros, para compreender melhor este espaço.

A ocupação territorial do estado desde o início da colonização foi marcado por conflitos entre indígenas, portugueses, espanhóis e escravos. Quem sofria eram aqueles que foram oprimidos e objetos nas mãos dos estancieiros e colonizadores, fossem eles indígenas que sempre tinham que ceder seus espaços ou os escravos, negros ou pobres que viam sua força de trabalho ser explorada em benefício daquele que detinha o poder.

Podemos dizer que as fronteiras do Brasil estão definidas, porém as fronteiras são espaços de preocupação e disputas entre os países. A fronteira brasileira possui características bem distintas. Uma parte é banhada pelo oceano Atlântico e ao longo do litoral brasileiro a ocupação populacional é bastante intensa. Por outro lado o Brasil possui fronteiras que fazem divisa com praticamente todos os países da América do Sul e que as mesmas foram fruto de acordos bilaterais entre os países envolvidos. Devemos considerar em primeiro lugar que pelo Tratado de Tordesilhas toda esta região ficava fora do território português, portanto os espanhóis tinham o direito de ocupá-la.

No final do século XVI tanto espanhóis como portugueses começam a olhar esta região de uma outra forma. Por um lado espanhóis queriam garantir a posse deste território, que por acordo firmado entre os dois países era seu. Por outro lado portugueses percebendo que o mesmo não era ocupado por espanhóis, veem a possibilidade de expandir seu território além do

Tratado de Tordesilhas, assim como aconteceu em toda a extensão do referido Tratado. E assim começa esta luta pela expansão e ocupação territorial com os limites sendo questionados e reivindicados pelos dois países. Todas as ações tinham reações com a finalidade de conter o avanço do outro.

Tau Golin, por sua vez diz que:

Limite é utilizado como linha divisória entre Estados limítrofes. De certa forma, é o centro da fronteira, entendida como uma região, zona ou faixa transfronteiriça. Os limites eram relativamente flexíveis no período colonial, comparando-se com o conceito moderno de fronteira. A precisão da linha limite está diretamente vinculada à construção do Estado nacional.³

Desta forma, até que os limites não fossem definidos era comum que a região passasse por períodos conturbados e de disputas, pois os Estados envolvidos estariam preocupados em garantir ou ampliar o seu território. Por isso a região de fronteiras fica sujeita a conflitos e ações que visam a garantia territorial.

Levando em conta estes aspectos, devemos considerar que a região está diretamente relacionada ao momento histórico que os países limítrofes vivem. O Brasil Meridional, especialmente o Rio Grande do Sul, é a prova mais concreta desta relação entre os países. Durante o período colonial houve uma verdadeira “dança” de fronteiras e que através de ocupações e acordos entre os países coloniais foi se desenhando a dimensão atual de cada um e os mesmos não se descuidam com a proteção do mesmo por ser, de acordo com Tau Golin, uma fonte de perigo ou ameaça.

Desta forma, enquanto que outras regiões do continente eram exploradas e ocupadas, a região sulina permaneceu por um tempo ocupada pelos nativos que viviam a seu modo espalhados por todo o território, conforme suas necessidades e costumes. Este espaço territorial era ocupado por três grandes povos nativos, como era o caso dos Jês que habitavam aldeias e casas subterrâneas, substituídas mais tarde por cabanas, enquanto que nos pampas era ocupado pelos charruas e os guaranis que habitavam as missões e outras regiões do estado.

Sobre estes povos, Maestri escreveu:

No Planalto Meridional e na Serra viviam comunidades Jês de caçadores, coletores e horticultores incipientes que exploravam ativamente a caça e a coleta do pinhão... Os Pampas eram territórios de caçadores, coletores, pescadores incipientes caracterizados pelas boleadeiras, pela funda e pelas grandes lanças. O nome genérico desses povos era Charruas...No litoral, nas margens das lagoas, nos vales dos rios Uruguai, Jacuí e Ijuí viviam comunidades guaranis de caçadores, pescadores, coletores e horticultores de floresta tropical e subtropical, tecnologicamente mais desenvolvidos.⁴

A tranquilidade e a forma como estes povos viviam passa a ter seus dias contados. A partir do início do século XVII inicia-se um despertar europeu por esta região. O indígena passa

a ser visto como objeto para o desenvolvimento, a segurança e para a própria ampliação do território, sendo ele transformado conforme as necessidades europeias. Este contato, logo de início transforma o indígena e suas características. A redução, como forma de ter os mesmos por perto e num espaço menor, fazendo que eles mudassem seus costumes e formas de vida. A introdução da agricultura e a criação de gado fizeram com que ele precisasse se fixar em um espaço para poder colher os frutos de seu trabalho. Noronha afirma que:

O primeiro contato europeu de que se tem notícia no estado, foi a fundação de reduções jesuíticas, por volta de 1610. Essas reduções não são caracterizadas ainda como missão, pois estavam em fase experimental. Aproximadamente 14 reduções foram fundadas no Rio Grande do Sul por missionários espanhóis... Essas reduções, além de terem introduzido a agricultura, trouxeram a criação de gado ao estado, fato que influenciaria toda a formação sociológica do Rio Grande do Sul.⁵

Os indígenas, estando fixados nas reduções se tornaram “presas” fáceis de captura pelos bandeirantes paulistas que tinham a missão de conseguir mão-de-obra, devido as dificuldades de trazer escravos da África, para trabalhar nas lavouras da capitania de São Paulo e outras regiões do país. Aqueles que apresentassem resistência eram mortos. Nas palavras de Maestri (2021) o português Antônio Raposo Tavares, foi o responsável pela eliminação, a partir de 1635, das primeiras reduções jesuíticas e pela morte e escravização de milhares de indígenas. A redução de Jesus-Maria, por exemplo, foi completamente destruída diante dos ataques sofridos. É comum vermos em livros de história, nome de ruas, praças, prédios públicos, monumentos exaltando Raposo Tavares, com o objetivo de demonstrar o prestígio que este recebeu, porém não mostra as atrocidades cometidas por ele em suas expedições bandeirantes.

Com a destruição destas reduções, uma grande quantidade de indígenas se transferiram para a margem direita do rio Uruguai com o objetivo de se proteger dos invasores que tinham entre outros objetivos o apresamento e transformá-los em escravos. O gado que fora introduzido por missionários espanhóis ficou solto na região. Devido as condições naturais dos campos com boas pastagens, sem predadores e sem ter valor econômico, considerando que especialmente a carne ainda não era utilizada devido à distância do mercado consumidor, o gado passou a se reproduzir de maneira acelerada e se espalhando pelo espaço de campos do Rio Grande do Sul. Segundo Maestri (2021) formava-se assim grandes rebanhos de gado selvagem, que mais tarde seriam objeto de cobiça para suprir as necessidades de alimentação do Brasil central. Se por um lado, indígenas preferiam recuar e fugir para outros lugares onde pudessem viver em liberdade, por outro lado, portugueses e espanhóis viam a necessidade de garantir e expandir seus territórios. Foi assim que inicia-se a longa história da Colônia de Sacramento.

Maestri (2021) afirma que a colônia de Sacramento, fundada em 1680 por portugueses, localizada no lado oriental do rio da Prata, em território totalmente espanhol pelo Tratado de Tordesilhas, foi palco de muitas disputas. Os portugueses queriam aquele espaço com o objetivo de ampliar comércio clandestino com espanhóis e com isto conseguir prata e couro para poder aumentar seu comércio com países europeus. A Inglaterra apoiou portugueses na fundação e manutenção desta colônia. O estuário do prata era uma região estratégica, pois a grande maioria das riquezas obtidas pelos espanhóis tinham a passagem por aquele local. Por outro lado os espanhóis não aceitavam esta condição que estavam submetidos e por várias vezes entraram em lutas disputando a Colônia de Sacramento, que era revezada entre as duas metrópoles e que a Espanha se via prejudicada, pois a colônia fazia parte de seu território.

Como contraponto à ocupação da Colônia de Sacramento pelos portugueses, os espanhóis iniciam em 1682 a formação dos sete povos da missões, que eram aldeamentos indígenas organizados pelos jesuítas para catequese dos mesmos. O objetivo principal era ocupar o território e desta forma conter o avanço de portugueses, garantindo assim ampliar novas fronteiras que pelo Tratado de Tordesilhas eram suas por direito. Indígenas Guaranis que anteriormente tinham se deslocado para a margem direita do rio Uruguai retornam para a margem esquerda onde hoje é o atual Estado do Rio Grande do Sul, na região agora conhecida como missões e formaram as sete reduções com aproximadamente 30.000 habitantes, de acordo com Maestri (2021).

Foi desenvolvida uma estrutura que envolvia desde a construção de igreja, casas, oficinas, salas de catequese, praça, cemitério, hospital entre outros. Ao seu redor era destinado para agricultura de subsistência, cultivavam cereais, frutas, extraíam erva mate, produziam objetos de couro. Possuíam a criação de gado geralmente mais longe de onde era formada a redução, além de criarem mulas que eram vendidas para Buenos Aires e para a região andina. Segundo Maestri (2021), nos anos 1700, quando a vacaria do Mar começou a esgotar-se, devido a extração de gados, vaqueiros dos sete povos introduziram milhares de animais nos campos de Cima da Serra, formando as vacarias dos pinhais, transformando-se em grandes fazendas das missões. Este gado era levado para as estâncias próximo às reduções e em seguida utilizado para o transporte, agricultura ou para alimentação, bem como se utilizava o couro para a manufatura ou como produto de exportação. Pode-se perceber todo o trabalho que tiveram quando analisamos as ruínas de São Miguel, patrimônio histórico, onde pedras foram trazidas

de outros lugares e trabalhadas para as construções. A forma como era uma redução está bem presente e visível naquele espaço.

Enquanto os espanhóis aumentavam e povoavam juntamente com os indígenas guaranis o espaço das missões, constituindo assim uma barreira contra a expansão lusitana em direção ao prata, os portugueses também estavam preocupados em seu território e garantir a ampliação de suas fronteiras. Para isso precisavam povoar a região. De acordo com Maestri:

Nos anos 1695, a descoberta pelos paulistas das “Minas Gerais do ouro”, na região do rio das Velhas, entre as atuais cidades mineiras de Sabará e Caetés, poria fim ao desinteresse lusitano pelos atuais territórios sulinos, devido a possibilidade de exploração dos gados dos territórios do atual Rio Grande do Sul. Com o desenvolvimento da economia mineradora, cresceu enormemente a necessidade de animais para a alimentação e, sobretudo, para o transporte.⁶

Sendo assim, a partir do início do século XVIII, com a necessidade de alimentos e meios de transporte para o centro do país, inicia-se, por intermédio dos tropeiros, as tropeadas de gado vacuum e muar da colônia de Sacramento até Laguna pelo litoral. Este porém era um caminho de difícil trafegabilidade, considerando a grande quantidade de rios e as inconsistências do terreno, entre outras dificuldades que encontravam pelo caminho, onde uma parte da tropa acabava se perdendo. Daí surge a necessidade da abertura de novos caminhos que facilitem este trânsito e consequentemente o Caminho de Viamão vai se tornar a principal rota até Sorocaba que passa a ser a importante feira de gado vacuum e muares do país, como aponta Maestri (2021).

A partir desta valorização e pela quantidade de gado existente, o sul passa a ter um novo olhar pelo colonizador português. Seria mais uma forma de produzir riquezas através da expropriação e para isso precisava ocupar mais intensamente a região, dificultando assim o avanço dos espanhóis. A Sesmaria que era um pratica adotada no restante da colônia começou a ser praticada na região e através dela cada sesmeiro recebia de forma gratuita um lote de terras que consistia em três léguas em quadro, ou seja, em torno de 13 mil hectares. A única condição era a ocupação e exploração. De acordo com Caio Prado Junior:

Estabelecem-se então as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde a mercê das guerras se concentra a população constituída a princípio quase exclusivamente por militares e guerrilheiros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. O abuso não tardou, e apesar da limitação legal das concessões, formam-se propriedades monstruosas.⁷

Desta forma surgiram as estâncias, que inicialmente eram locais onde se criavam pouso para as tropas que iriam até Sorocaba e com o tempo se transformou em criadouros. Esta forma facilitava a ocupação, considerando que o gado, ainda sendo uma atividade de pouca

rentabilidade, dependia de poucos trabalhadores, geralmente escravizados, para o seu manejo. Muito gado que havia solto pelos campos férteis do Rio Grande do Sul foram sendo arrebanhados nas estâncias e conduzidos pelos tropeiros que tornaram-se na época importantes para a economia regional. De acordo com Caio Prado Junior (1982) o gado pertencia ao dono de terra no qual ele se encontrava.

Esta prática de distribuição de sesmarias inicia-se no litoral e depois vai ganhar força para a ocupação do extremo sul, onde a região de campos era propícia para a criação de gado e estava mais sujeita ao ataque de espanhóis. Era necessário ir ocupando este que era um território ainda não definido em suas fronteiras. Uma mesma família poderia ter a concessão de várias sesmarias conforme a quantidade de filhos desde que tivesse uma boa relação com as autoridades. Conforme Caio Prado Junior, 1982, “um homem que tinha a proteção do governo, tirava uma sesmaria em seu nome, outra em nome do filho mais velho, outras em nome do filho ou filha que estavam no berço; e deste modo há casa de quatro e mais sesmarias”.

Ao passo que grandes propriedades iam se formando, os nativos por sua vez, perdiam seus espaços, eram reduzidos em aldeias e perdiam sua cultura acima de tudo. Quanto aos guaranis, que viviam nas Reduções na região das missões, o pior estava por vir. Isto aconteceu através do Tratado de Madri assinado em 1750, que levou em consideração a *uti possidetis*. Através deste acordo Portugal e Espanha tentaram resolver de forma pacífica uma situação de conflitos por territórios que já vinha de muito tempo. Desta forma Portugal conseguiu manter e ampliar seus territórios já conquistados além do Tratado de Tordesilhas. De acordo com Tau Golin:

No caso rio-grandense, a fronteira ao cabo, foi um produto da *uti possidetis*, de um processo histórico de conquista e ocupação, o que não se explica pela fronteira natural e seu “direito” decorrente. As oscilações da linha estão diretamente vinculadas aos processos de disputas colonial e imperial, não se tratando de uma busca da consolidação do espaço natural, mas da criação humana da intervenção do Estado e dos grupos regionais.⁸

Sendo assim, para chegar a um acordo sobre a região, muitas negociações foram feitas e a principal consequência foi que Portugal abriu mão da Colônia de Sacramento, região estratégica para a Espanha e que a muito tempo vinha sendo disputada pelos dois países. Em contrapartida, Portugal exigiu a região das Missões, que era ocupada pelos Jesuítas e Guaranis e que os mesmos deveriam deixar o local por exigência portuguesa. Esta ação bem sucedida de Portugal sobre a sua expansão territorial na América, segundo Tau Golin:

Deveu-se à conjugação de fatores como o povoamento espontâneo, a ação bandeirante, a pecuária, as missões religiosas, as fortificações e o frequente apoio da

diplomacia inglesa. Para o Rio Grande do Sul, as Missões, ao contrário de seu papel auxiliar, implicaram uma resistência.⁹

Neste sentido deve-se considerar que no Rio Grande do Sul haviam sete povos constituídos, milhares de indígenas e Jesuítas bem estruturados e aí vem a resistência. Como deixar um espaço que com muito trabalho tinham conseguido, precisando abandonar tudo e sair sem saber para onde iriam ou como seriam recebidos? A reação dos Jesuítas e indígenas foi não aceitar as mudanças e permanecer no local. A consequência foi a Guerra Guaranítica, onde os indígenas influenciados pelos Jesuítas e liderados por Sepé Tiarajú enfrentaram exércitos espanhóis e portugueses durante o período da guerra que foi de 1753-1756 de acordo com Maestri (2021).

Percebe-se através deste acordo que os indígenas mais uma vez foram usados, neste caso pelos espanhóis, que tinham eles como aliados para conter o avanço português, se aproveitaram dos mesmos com a ideia que estavam catequizando e os colocaram a trabalhar para a produção de alimentos, criação de gado, colheita da erva mate entre outros. Com isso os indígenas foram perdendo sua cultura, perderam seu espaço e viram sua população dizimada sem lugar para ir e tendo que deixar praticamente tudo o que construíram. Ficaria para trás a parte edificada nas reduções, os grandes ervais as quais eram exportadas para Buenos Aires, Chile, Peru e todas as fazendas de criação de gado foram, constituindo-se assim em grandes manadas selvagens.

Nas palavras de Maestri:

Com o tratado, os espanhóis garantiam-se o domínio do Prata e despreocupavam-se olímpicamente com a sorte e com os direitos das populações missioneiras, que eram expropriadas de suas vilas, de suas terras, de seus ervais, de suas estâncias e de enorme parte dos rebanhos. O artigo XVI do tratado dizia: Das povoações ou aldeias que cede sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai, sairão todos os missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha [...]; se entregarão as povoações à Coroa de Portugal, com todas as suas casas, igrejas e edifícios e a propriedade e posse do terreno [...].¹⁰

Enquanto a guerra acontecia, Portugal já tratava de ocupar as Missões trazendo casais e famílias das ilhas do Açores e da Madeira para ocupar a região. Com a resistência apresentada pelos missionários vem a ação derradeira. Exército Espanhol e Português, fortemente armados, com grande contingente de combatentes chegaram para dar fim a esta situação. Sem pudor chegaram massacrando aquela população que já vinha sofrendo os efeitos da guerra a mais de três anos. Ainda tentaram resistir com suas armas artesanais como arco, flechas, mas diante do poder do exército viram sua população tombar e ser vencida. Era o mês de fevereiro de 1756. Maestri narra da seguinte forma:

Em 10 de fevereiro de 1756, nos campos de Caaibaté, 1.800 missionários, armados de lanças, arcos e flechas e algumas peças de artilharia “feitas de madeira e forradas de

couro”, tentaram abrir negociações e impedir o avanço das tropas ibéricas, que contavam com mais de 3.700 combatentes e dezenove canhões. De forma coordenada, as artilharias portuguesa e espanhola abriram fogo, desorganizando os missioneiros. A seguir, mais de 1.000 missioneiros teriam sido perseguidos e massacrados. Em 16 de maio de 1756, após refregas menores, os ibéricos entravam triunfantes em San Miguel, encerrando a Guerra Guaranítica[1753-1756].¹¹

Ainda conforme Maestri, nos anos seguintes, indígenas missioneiros foram sendo utilizados para a produção nas fazendas, por ser ele um trabalhador de custo menos elevado e os mesmos tinham aprendido os afazeres, considerando o longo tempo que trabalharam nas reduções. Desta forma tinha-se uma mão-de-obra mais barata que a escrava, que era utilizada nas fazendas. Mesmo assim, muito gado continuou solto na região das missões e este, devido a boa qualidade das terras e das pastagens, se proliferou de maneira muito rápida. Além disso não existia um mercado consumidor suficiente capaz de usar todo o gado que se procriava na região. Outra parte da população missioneira foi migrando, especialmente para a região do Alto Uruguai e ocupando novos espaços nos vales dos rios, que até então eram pouco ocupados. O vale do rio Uruguai foi um dos principais ocupados locais pelos Guaranis.

Faz-se necessário destacar que os kaingangs que viviam nesta região preferiam os lugares altos, de cima da Serra, que era onde existiam as grandes florestas e especialmente os pinhais. Como caçadores e coletores se localizavam nas regiões de grandes matas onde a caça, a pesca e a coleta eram abundantes. Eles dependiam da natureza para a sobrevivência. Quando terminava os alimentos em um lugar, migravam para outro. Migravam também para fugir dos colonizadores, que chegavam e iam se apropriando dos campos, matas e os mesmos se viam obrigados a recuar. Viviam geralmente em pequenos grupos, pois isto facilitava a locomoção. Os kaingangs possuíam características bem específicas e de acordo com Kern, “representavam um contingente populacional que tenta a sua sobrevivência como um grupo bem conservador de seus antigos valores a um preço bastante elevado” (1997, pg. 337). Este povo, situado especialmente na região norte do estado, que foi tardiamente ocupada, invadida, foram sendo encurralados em aldeias e passam a perder seus espaços para os colonizadores. Neste sentido Kern escreve:

O que de concreto o governo imperial consegue com a ajuda de jesuítas e espanhóis é a fundação de três aldeamentos; o objetivo central dos mesmos era o de reunir os índios dos diferentes grupos de moradores de áreas atingidas. [...] A segunda concentração é Nonoai, fundada em 1849 em terras do velho cacique Nonohay. O aldeamento deveria reunir os índios dessa área, hoje município de Nonoai, bem como os índios da área perturbada do cacique Braga, atingida pela colonização alemã em quase sua totalidade.¹²

Sendo assim chegou um momento que, apesar de sua resistência e bravura, foram cedendo diante do poder do governo e dos colonizadores com os quais não puderam fazer frente desta forma foram aldeados e suas terras passaram a ser distribuídas.

ABERTURA DE NOVOS CAMINHOS PARA AS MISSÕES

Enquanto que a região sul e das missões eram disputadas entre espanhóis e portugueses, a região do Planalto rio-grandense foi ficando de lado, especialmente pela dificuldade de transporte das mercadorias como a erva mate que existia em abundância na região e com isso o gado que vivia solto na região foi aumentando muito rapidamente. Depois de ocupada a região das Missões, os estancieiros começaram a ampliar seus espaços. A região dos campos de Cruz Alta que segundo Zarth (1997) “correspondia a 20% do território do Rio Grande do Sul”, passou a ser atrativo para a formação de estâncias. Nos campos nativos as estância iam ganhando espaço pois a cobertura vegetal, assim como na parte sul, era propício para a criação de gado.

De acordo com Zarth:

As excelentes condições oferecidas pela natureza facilitavam a instalação de estâncias sem que o estancieiro se preocupasse, sem investir muito ou em melhorar a qualidade dos rebanhos. Os verões eram amenizados pela abundante oferta de água da bem irrigada região, através dos incontáveis rios e arroios que formam a bacia do Uruguai e a sub-bacia do Jacuí. O inverno, embora bastante rigoroso, não era o suficiente para comprometer os rebanhos.¹³

Assim vai sendo ocupada a região norte do Estado, que até a primeira década do século XX está toda partilhada entre estancieiros e imigrantes ou descendentes de imigrantes. Por sua vez o caboclos, peões e indígenas ficam com seus espaços reduzidos, pois não possuem condições para regularizar suas terras e os estancieiros vão tomando conta.

O Rio Grande do Sul, diante da dificuldade de acesso que se tinha ao restante do Brasil, teve seu comércio também voltado para a exportação. Segundo Maestri (2021), “nas charqueadas pouco se perdia dos animais, sendo que o charque, couro, graxa, sebo, crina, guampas eram exportados para outros pontos do Brasil e para o exterior, através do porto de Rio Grande.” Estes produtos sofriam dura concorrência com as carnes salgadas do rio da Prata que possuíam melhor qualidade.

A partir do final do século XVII, com a descoberta de ouro em Minas Gerais, a necessidade de haver uma integração na colônia aumenta. A notícia da descoberta de ouro em Minas Gerais se espalhou rapidamente pela colônia portuguesa e marcou um novo momento econômico e social o qual, entre outras coisas, contribuiu para conectar as várias regiões do

país. Houve uma verdadeira “corrida pelo ouro” provocando um surto migratório para a região sudeste. Pessoas de todas as regiões do Brasil, de Portugal, das Ilhas do Atlântico atraídas pela ideia de melhorar as condições de vida mudaram-se para as minas. Além de homens de posses, fazendeiros, militares, padres, também migraram homens pobres, escravos, indígenas para trabalhar nas minas. Surgiram vilas, transformaram-se em cidades. A corrida pelo ouro além de sonhos, reuniu desigualdades e conflitos em um mesmo local. Portugal também via na extração de ouro, uma forma de ampliar seu comércio na colônia, aumentar sua riqueza e com isso quitar compromissos especialmente com a Inglaterra. Sendo assim, de acordo com Brum (1999) os principais beneficiários dessa riqueza foram a Inglaterra, Portugal e o Brasil.

A estrutura para receber um grande contingente de pessoas que para lá migraram foi insuficiente. Alimentos não existia para todas aquelas pessoas. A fome fazia com muitos fossem em busca de alimentos nas matas ou se retirassem para outros lugares. Era necessário levar de outras regiões da colônia para suprir as necessidades. O transporte destes alimentos era muito difícil, pois os meios de transportes e as estradas eram precários. Conforme Brum (1999) “a migração de milhares de pessoas para a região das minas, sem a contrapartida da produção de alimentos, provocou a crise da fome. Foi aliviada principalmente através do gado, além da caça e das lavouras de subsistência”. Os tropeiros veem seu trabalho aumentar, transportando alimentos, especialmente o gado. Ainda segundo Brum (1999) “foi a primeira atividade a provocar uma articulação da economia e da sociedade em diferentes regiões da colônia”. O Rio Grande do Sul incluía-se nesta articulação.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, possuía muito alimento disponível e também animais para transporte. Havia muito gado vacum e muar nas estâncias e selvagem espalhado por este Estado, considerando especialmente o fim das reduções jesuíticas e também pela decadência que as minas de prata de Potosi, na colônia espanhola, enfrentava. Além disso muitos estancieiros, que ainda vendiam o couro, o sebo e o charque, tinham que colocar o excedente de carne fora por não ter como aproveitá-la por completo. De acordo com Maestri (2021) “O gado, por sua vez se autotransportava” e o caminho de Viamão aberto por Cristóvão Pereira de Abreu entre os anos de 1731 e 1733 – que liga Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Vacaria, Passo Santa Vitória - se constituiu no principal caminho terrestre ligando a região Sul/Lages/Curitiba/São Paulo, que por muito tempo vai ser utilizado pelos tropeiros para o transporte de gado.

Com a Guerra Guaranítica na segunda metade do século XVIII, onde os sete povos foram dizimados ou encurralados, o gado que eles possuíam ficou solto. Tropeiros luso-brasileiros passaram a comprar mulas nos criadouros de Entre Rios, cruzar o Rio Uruguai, nas regiões da atual cidade de Uruguaiana, tropear em direção da Boca do Monte em Santa Maria e, dali, para o Rio Pardo, onde atravessavam o rio Jacuí, em busca dos campos de Viamão e da Estrada Real. Um caminho longo que vai ser utilizado até o início do século XIX quando nova rota será aberta, segundo Maestri (2021).

Novas estradas foram surgindo pela Colônia e no Paraná surge o caminho de Curitiba, Guarapuava, Palmas e oeste do Paraná, com o objetivo de ampliar a ocupação do território, região que estava em litígio e vinha sendo reivindicada por espanhóis e logo mais pela Argentina, a partir de sua independência. De acordo com Maestri, em 1808, recém-aportado ao Brasil, dom João impulsionou a ocupação dos sertões do Brasil e o extermínio das comunidades nativas. Nesse processo mandou “descobrir, povoar e cultivar os campos de Guarapuava”, no atual estado do Paraná, “infestado de gentios”. Havia necessidade de abrir novas passagens para as tropas que ligasse Guarapuava até a região das Missões no Rio Grande do Sul, assim ocuparia o espaço e teria um caminho mais curto para os tropeiros. Com muito gado vacuum e muar disponível na região das missões, era necessário abrir um caminho mais curto para chegar na feira em Sorocaba. De acordo com Maestri (2021) os tropeiros saíam de São Borja/Santo Ângelo até Vacaria para daí seguir para Lages rumando para São Paulo, caminho este que ficou conhecido de Caminho Novo da Vacaria.

A partir de 1816 uma nova expedição foi organizada, incentivada pelo governo de São Paulo, com a finalidade de encontrar um novo caminho para as Missões. Este caminho deveria sair de Guarapuava, Palmas e encontrar uma passagem para o Rio Grande do Sul. Este trabalho foi confiado para Athanagildo Pinto Martins e seria guiado pelo índio Jongong, que conhecia bem a região e tinha contato com os índios coroados. Sabia-se do perigo de entrar em território dos nativos e que o projeto original para o caminho das missões passava bem ao meio da terra ocupada por eles. Para diminuir o perigo a rota foi desviada e antes de chegar no rio Uruguai seguiram para leste e descobriu o caminho de Campos Novos, atravessou o rio Pelotas pelo passo do Pontão e de lá seguiu por Lagoa Vermelha, Campo do Meio, Passo Fundo, Cruz Alta até chegar nas Missões. Este era um antigo caminho utilizado pelos missionários que o utilizavam para as vacarias e para a extração da erva-mate. Além do gado das Missões, também vinha gado muar da margem direita do rio Uruguai, pois as minas de prata dos Andes estava

em decadência e com isso a necessidade de meio de transporte diminuía havendo um excedente na banda ocidental do rio Uruguai. Este gado era trazido até as Missões e partiam rumo a Sorocaba, conforme relata Maestri (2021).

Quando Athanagildo e sua expedição voltavam para o Paraná, ele determinou que Jongong acompanhado de escolta fizesse o caminho original e que fora desviado por precaução e medo dos indígenas, pois atravessar em meio ao seu território seria muito perigoso. Mesmo assim obedeceram ordens e nunca chegaram ao destino. Anos mais tarde, quando da ocupação do futuro município de Nonoai teve-se a notícia que os mesmos foram mortos, conforme relatos dos próprios indígenas.

De acordo com Sperry:

Athanagildo voltou, mas querendo levar mais longe suas descobertas, dividiu em má hora sua escolta. Do lugar posteriormente chamado Pinheiro Mercado, destacou oito homens sob as ordens do inferior Carlos Neves, servido de vaqueano o índio Jongong. Ordenou-lhes atravessar o sertão, que aparecia ao norte dessa coxilha e fossem sair em linha, mais ou menos reta, nos campos de Palmas, onde se encontrariam. Com efeito, apartaram-se, e Athanagildo chegou sem o menor incidente ao ponto fixado. Esperou aí pelo inferior Neves e seus companheiros, mas dois meses quase se passaram, sem que aparecesse um só homem dessa comitiva. Pensou, então, que houvessem sido colhidos e exterminados pelos selvagens. [...] Decorrido 28 anos indígenas que foram testemunhas confirmaram a matança, com todos os pormenores, assegurando que os corpos ficaram insepultos.¹⁴

Este caminho, por Lagoa Vermelha, apesar dos perigos em atravessar a mata portuguesa e mata espanhola onde existia a possibilidade de serem atacados por indígenas que lá viviam, foi muito utilizado. Além de encurtar distâncias, era de mais fácil acesso, considerando o relevo da região. Isto facilitou os negócios com as Missões. Em consequência, o caminho de Viamão perdeu sua importância e diminuiu muito o tropeirismo por ele, pois as novas orientações era de comprar gado das Missões ignorando assim o caminho de Viamão.

O ÚLTIMO CAMINHO PARA AS MISSÕES: SOROCABA-NONOA-MISSÕES

A província do Rio Grande continuava a ser o grande produtor de muare no Brasil. O desafio de abrir um novo caminho que passasse pelo Goio-En continuava, apesar de ser um caminho perigoso, pois ali encontravam-se os indígenas coroados, que foram sendo encurralados em aldeias e não queriam abrir mão do último espaço que lhe restava. Segundo Pieruccini (1996) quem se aventurava a passar pelo local era hostilizado, como aconteceu com a comitiva enviada por Athanagildo anteriormente.

É importante ainda destacar que Nonoai encontrava-se em um local estratégico, pois a fronteira com a

Argentina estava em litígio, sendo que a mesma queria se apropriar do oeste de Santa Catarina até o rio Chapecó. Diante desta situação era importante povoar ainda mais o local e poderia montar até uma base militar, caso fosse necessário, com o objetivo de proteger a fronteira. Neste sentido Tau Golin escreve:

Não seriam os guaranis e kaingangs do planalto que tornariam vulnerável a fronteira em disputa com a Argentina. Com a região de Palmas/Misiones (oeste catarinense) em litígio, a pretensão de Buenos Aires era deslocar a divisória do rio Peperiguaçu e traçá-la pelo Chapecó. Estrategicamente, a sua foz se confronta com a do rio Passo Fundo no rio Uruguai. Dessa forma, o aldeamento Nonoai assumia um lugar transcendental para a geopolítica do Império, ao estar localizado, conforme argumento buenoairense, na confluência da Argentina com as províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Portanto, Nonoai, como ponto inquestionável da soberania brasileira, inclusive poderia servir de base de operações bélicas caso as relações com a Argentina viessem a se complicar pela posse do território ao reivindicar direitos até a linha do Chapecó/Chopin.¹⁵

Percebe-se com isto que este caminho seria aberto quisessem os indígenas ou não. Os indígenas mais uma vez teriam que deixar seu espaço e recuar de tal forma que fosse possível abrir uma estrada para a passagem dos tropeiros e assim demarcar de forma definitiva não só esta parte do Estado, mas também o oeste de Santa Catarina.

De acordo com Santos:

A então comunidade indígena de Nonoai constituía-se talvez no último entrave existente para o comércio de muares que desta rota dependia para atingir São Paulo com menor tempo e redução de custos. O tropeirismo forçou o aldeamento dos nativos de Nonoai, ao mesmo tempo determinou a submissão de uma comunidade inteira que perduraria por todo o século seguinte.¹⁶

Sendo assim o general Manoel da Fonseca Lima e Silva, presidente da Província de São Paulo, autorizado pelo governo imperial, chamou o capitão Antônio da Rochas Loures e atribuiu-lhe a tarefa de abrir esta nova rota. Este considerou-se “velho e alquebrado” e indicou seus dois filhos Francisco Ferreira da Rocha Loures e João Cipriano da Rocha Loures. Em 1844 Francisco foi encarregado de abrir o caminho que passaria por Nonoai. No ano de 1845 partiram de Guarapuava os irmãos Loures com sua comitiva, passaram por Palmas, chegando até o passo Goio-En. Estavam assim na parte mais difícil de seu trajeto, em primeiro lugar precisavam passar o rio Uruguai, abrir picadas na serra e chegando no alto da mesma encontrariam os Indígenas e certamente não seriam bem recebidos. A esperança era que com a habilidade das pessoas que acompanhavam a comitiva, seu poder militar e o cacique Condá que era respeitado na região, fosse possível negociar a passagem e a partir daí rumar para Passo Fundo. E foi isto que aconteceu.

Sobre isto escreve Pieruccini:

Os irmãos Rocha Loures partem de Guarapuava fazendo-se acompanhar da comitiva pelo capitão Hemógenes Carneiro Lobo que, tendo sido comandante da Companhia

SEMINA - REVISTA DOS PÓS-GRADUANDOS EM HISTÓRIA DA UPF – ISSN: 2763-8804

de Municipais Permanentes de Palmas, acumulara experiência no trato com os índios; e pelo cacique Vitorino Condá, chefe dos índios dos campos do Chopim, cujo prestígio se estendia até os campos de Nonoai. O cacique Condá estava ligado aos irmãos Rocha Loures por antigos laços de amizade, originados na infância em Guarapuava, onde esteve aldeado sob o comando do tenente Antônio da Rocha Loures.¹⁷

Estava assim aberto o novo caminho que levava para as Missões. De acordo com Santos

Estava traçado, a partir de então, o destino da floresta, dos pinhais, das terras e dos próprios índios kaingangs comandados por Nonohay. A passagem constante, a presença do tropeiro, do colonizador desencadearam os conflitos sócio-econômicos e políticos que ainda hoje se verificam entre índios, colonos e fazendeiros da região.¹⁸

Sobre a abertura deste novo caminho, Francisco Ferreira da Rocha Loures encaminha relatório ao presidente da província do Paraná. Em tal relatório coloca os desafios, as dificuldades, o encontro com os kaingangs, o perigo e o medo pelo qual passaram pelo caminho. De acordo com o relatório datado de 8 de agosto de 1855 e que está disponível em boletim do Arquivo Público do Paraná Francisco escreve:

Em 1844, fui encarregado, pelo governo de São Paulo de abrir a comunicação que existe por este lugar com aquela província. Com esta picada fui saber felizmente nos campos de Nonoay já naquela província, lugar onde aqueles índios faziam sua residência maior. Ali, depois de algumas tentativas de quererem me surpreender, apresentaram-se-me(sic) com todas as provas de desagrado por esta invasão, mas eu conhecedor de seus costumes, pude varar por entre eles, sem lhes fazer mal algum e seguir o meu destino.¹⁹

Também escreve sobre o encontro com Caxias, presidente da província do Rio grande do Sul. Este além de mandar distribuir ferramentas e roupas para os indígenas, disponibilizou uma escolta de 50 soldados para auxiliar na viagem de volta.

Não querendo eu desprezar uma ocasião tão favorável que o acaso me proporcionava de poder ser útil à sociedade e a humanidade, fui imediatamente a Porto Alegre com o fim de fazer chegar ao conhecimento do Governo este fato e oferecer-lhe os meus ofícios, que na ocasião podia prestar. O Exmo. Marques de Caxias, então presidente da Província, recebeu-me com toda a afabilidade [...] e tomando este negócio na devida consideração, deu todos os auxílios de que então precisava, e entre eles prestou-me uma força de 50 soldados comandados por dois oficiais para auxiliarem-me até Palmas visto terem arribado parte de meus camaradas, para depois ficarem destacados no dito campo de Nonoay.²⁰

Depois de estar com o Presidente da Província e relatar sobre o novo caminho, iniciam a viagem de volta com os auxílios recebidos para serem distribuídos entre os indígenas. Assim mesmo, o medo de passar pela região habitada pelos kaingang era imensa, pois não sabia qual seria a reação deles ao os verem novamente, como relata Francisco:

Porém com este auxílio insetamos nossa marcha, trazendo alguns cargueiros de ferramentas e roupas dos muitos, que o Exmo. Presidente tinha mandado pôr no Passo Fundo, para ser distribuído por aqueles índios. Chegando nós em suas moradias os achamos todos ocultos observando nossa passagem, afim de no passo do rio Goio-En atacarem-nos. Nunca passei em minha vida trancos maiores de que nessa ocasião, na dificuldade que tive de os tornar a chamar

para congratular-me com eles pelos auxílios, que pela primeira vez iam receber do nosso Governo.²¹

João Cypriano da Rocha Loures, irmão de Francisco, estabelece-se em Nonoai e é considerado o fundador do município, onde ocupou o cargo de diretor do aldeamento indígena. Como os coroados ocupavam toda a região de cima da serra até o rio Tigre, fazia-se necessário negociar uma passagem para abrir a estrada que mais tarde se chamaria estrada reúna. João Cypriano convenceu o cacique Nonohay a recuar meia légua para o oeste, local onde hoje se localiza o posto indígena de Nonoai. Sendo assim, os tropeiros vinham pelo passo do Lobo e chegando no Lajeado Tigre, onde hoje está a cidade, o atravessavam. Logo após o passo do rio Tigre encontrava-se o último “pouso” de tropeiros antes de chegar no porto Goio-En. De acordo com Sperry (1985), “as tropas chegavam perto de Nonoai e ficavam descansando, esperando o rio Uruguai dar cruzo”, pois este local possuía características importantes para ser um ponto de parada das tropas. Assim que passava o lajeado Tigre existia uma região de pastagens o qual era cercado pelo próprio lajeado ao sul, ao leste ficava a serra do rio Passo Fundo e ao norte a serra do rio Uruguai e isto facilitava o descanso das tropas. Foi neste ponto que tem início o município, que por conta da passagem e parada das tropas de muares crescia rapidamente. Desta forma evidencia-se a importância dos povos indígenas, do tropeirismo, do lajeado Tigre entre outros aspectos, para a formação histórico cultural do município e será nas margens deste lajeado que irá desenvolver-se a cidade de Nonoai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer algumas considerações finais sobre a formação territorial do Rio Grande do Sul e a ocupação populacional da região norte do Estado é importante reconhecer que muitos aspectos influenciaram neste desenvolvimento. Aspectos que muitas vezes passam despercebidos, mas quando formos analisar a história podemos descobrir a importância que estes tiveram na formação deste espaço. São muitas características que precisam ser valorizadas e desta forma contribuir para a historiografia desta região.

Foi possível, através de bibliografias distintas, reunir aspectos importantes da historiografia local e com certeza muito mais é possível através de novas pesquisas, entrevistas, documentos entre outros que relatam sobre o assunto. É importante perceber a necessidade de registrar fatos históricos para que se possa dar continuidade aos estudos. A partir dos dados colhidos, novas possibilidades vão surgindo e este trabalho de pesquisa não encerra aqui. Muito

ainda há de se construir, buscando informações, relatos, bibliografias que possam contribuir com a história. Muitos estudos já existem neste sentido, mas é preciso buscar sempre novas informações e detalhes que contribuam para a pesquisa. É um trabalho que exige estudo, esforço, mas o resultado pode ser surpreendente. Fica evidente que a situação de como as populações vivem hoje são, na maioria, consequências de ações desenvolvidas no passado e os mesmos grupos que sofreram injustiças, continuam a sofrer nos dias de hoje. Por fim faz-se necessário compreender o passado para poder entender a sociedade atual e este trabalho não encerra por aqui.

NOTAS

¹MAESTRI, Mario. **Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais**. Porto Alegre: FCM Editora, 2021. p. 18

²BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 191.

³GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 10.

⁴MAESTRI, Mario. **Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais**. Porto Alegre: FCM Editora, 2021. p. 11

⁵NORONHA, Andrius Estevam. **Análise sobre o ordenamento territorial no Rio Grande do Sul**. Revista on line Caminhos da Geografia. Universidade de Santa Cruz do Sul, 11/01/2006. p. 2

⁶MAESTRI, Mario. **Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais**. Porto Alegre: FCM Editora, 2021. p. 15

⁷JUNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 96

⁸GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 50

⁹GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 51

¹⁰MAESTRI, Mario. **Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais**. Porto Alegre: FCM Editora, 2021. p. 17.

¹¹MAESTRI, Mario. **Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais**. Porto Alegre: FCM Editora, 2021. p. 18.

¹²KERN, Arno A. et al. **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 336.

¹³ZART, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: ed. UNIJUI, 1997. p. 25.

¹⁴SPERRY, José Vieira. **Raízes e retalhos de Nonoai**. Passo Fundo: Editora Berthier, 1985. p. 14.

¹⁵GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 8

¹⁶SANTOS, Nelso dos. **Balsas e Balseiros do Uruguai: Reflexos e impactos para a historiografia de Nonoai**. Chapecó: Estampa Editora Gráfica LTDA, 2005. p. 19.

¹⁷PIERUCCINI, Maria Cristina. **Os Rocha Loures: uma família paranaense em 300 anos de história**. Curitiba: Editora Posigraf, 1995. p.45.

¹⁸SANTOS, Nelso dos. **Balsas e Balseiros do Uruguai: Reflexos e impactos para a historiografia de Nonoai**. Chapecó: Estampa Editora Gráfica LTDA, 2005. p. 20.

¹⁹RELATÓRIO, Francisco da Rocha Loures ao Presidente da Província do Paraná. Vila de Guarapuava, 8 de agosto de 1855. Boletim do Arquivo Público do Paraná. Curitiba. p. 51.

²⁰RELATÓRIO, Francisco da Rocha Loures ao Presidente da Província do Paraná. Vila de Guarapuava, 8 de agosto de 1855. Boletim do Arquivo Público do Paraná. Curitiba. p. 51.

²¹RELATÓRIO, Francisco da Rocha Loures ao Presidente da Província do Paraná. Vila de Guarapuava, 8 de agosto de 1855. Boletim do Arquivo Público do Paraná. Curitiba. p. 52

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço, Geografia**: diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: Unijuí, 2002.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

JUNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982

KERN, Arno A... et al. **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

MAESTRI, Mario. **Breve História do Rio Grande do Sul**: da Pré-História aos dias atuais. Porto Alegre: FCM Editora, 2021.

NORONHA, Andrius Estevam. **Análise sobre o ordenamento territorial no Rio Grande do Sul**. Revista on line Caminhos da Geografia. Universidade de Santa Cruz do Sul, 11/01/2006.

PIERUCCINI, Maria Cristina. **Os Rocha Loures**: uma família paranaense em 300 anos de história. Curitiba: Editora Posigraf, 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SANTOS, Nelso dos. **Balsas e Balseiros do Uruguai**: Reflexos e impactos para a historiografia de Nonoai. Chapecó: Estampa Editora Gráfica LTDA, 2005.

SPERRY, José Vieira. **Raízes e retalhos de Nonoai**. Passo Fundo: Editora Berthier, 1985.

ZART, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: ed. UNIJUI, 1997.

Documentos

RELATÓRIO, Francisco da Rocha Loures ao Presidente da Província do Paraná. Vila de Guarapuava, 8 de agosto de 1855. Boletim do Arquivo Público do Paraná. Curitiba.